

3

4

5

6 7

8

9 10

11 12

13 14

15

16

17

18 19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31 32

33

34 35

36

37

38 39

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Campinas realizada aos Vinte e Quatro Dias do Mês de Abril do Ano de Dois Mil e Vinte e Quatro. Presentes os Conselheiros e as Conselheiras Municipais de Saúde, além de convidados e convidadas, conforme lista de presença em anexo. Havendo quórum, Sr. Paulo Tavares Mariante, Presidente do Conselho Municipal de Saúde, saúda os presentes e inicia a reunião às dezoito horas e trinta minutos, e anuncia os seguintes itens de pauta: 1) 18h30 a 19h00 - Tribuna Livre; 2) Apresentação e Votação do AD Referendum que Requer a Abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar as condições de uso, acesso e contaminação das águas na cidade de Campinas-SP; 3) Apresentação, Discussão e Votação do Termo Aditivo do Convênio da Maternidade e Parecer do Conselho Fiscal; 4) Discussão da Situação da Urgência e Emergência em Campinas - os problemas que enfrentamos e as possíveis soluções; 5) Informes. Tribuna Livre; Abertas as Inscrições: Sr. Mariante fala sobre o projeto da Vereadora Mariana Conti sobre a distribuição de repelente, acho importante que a vigilância fundamente. Mas como é um projeto que autoriza o prefeito pode decretar e nos apoiarmos. No fim do ano já discutimos sobre a falta de ACS e ACA e pergunta qual o tamanho da quantidade desses trabalhadores? Pois são trabalhadores específicos. **Sr. Renato Mei** viu na imprensa sobre a vacinação das crianças contra a Dengue. E que as mesmas já estão com prazo próximo ao vencimento e se não forem feitas logo iremos perder as vacinas. Sr. Mário reforça sobre a vigilância nas praças sobre a proliferação do mosquito e diz que a linha férrea que percorre a cidade é um criadouro em potencial, já foi denunciado a o MP para as providencias cabíveis. Sra. Monica a gente não consegue entender individualmente todo mundo o que eu pedi na época e é que fosse conversado, por isso que estou olhando pra senhora pra ver se foi feito que fosse conversado com a senhora e que fosse oferecido médico homeopata que era da região pra dar continuidade no tratamento, que isto vai acontecer se aposentar a gente não garante a continuidade de sempre pelo mesmo profissional então foi este o meu pedido a época pode falar a gente tem que ouvir munícipe eu demorei um ano pra conseguir agendar com o Dr. Eduardo liquei 160 falavam só mês que vem ai eu liquei fiquei a manhã inteira ligando não atendia falava ai quando me atenderam disseram que não tinha mais vagas fiz 2 denuncias e ai conseguiram encaixe eu vi que o medico estava muito sobrecarregado agora antes tinha 5 médicos. Sra. Monica Cruvinel agora vai ter nos territórios munícipe onde eu moro não tem ônibus sendo que a homeopatia ela previne. Sra. Monica diretora do DS a intenção não é diminuir a intenção é para quem mora na região da sudoeste, noroeste que é longe por exemplo, então quando a gente vai pra esta lógica não é pra diminuir este acesso ao contrário é pra aumentar o acesso, e a Poli esta tendo uma transformação em relação a especialidade e cada Distrito teria que ter a sua referencia, é isto que eu estou falando desde o começo, e falta chamar, a gente já pediu pra chamar, tem concurso vigente em aberto. Monica responde que o problema é que a senhora queria mantê-lo, eu estou numa conversa sobre o problema que eu repassei pra senhora a condução, em relação ao 160, é um problema de atendimento que não pode acontecer é outro problema que a gente vai ter que ver, foi um problema que encaixaram a senhora entendendo que teve um monte de vagas, o que eu vou fazer é tentar ver a referência do Dr Eduardo, como que vai ficar a gente precisa chamar mais um do concurso, pra garantir o atendimento adequado ao munícipe hoje eu fiz 11 ligações só 4 retornaram da homeopatia, tem referência nacional e internacional



42

43

44

45

46 47

48

49

50

51

52

53

54

55

56 57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



E volto a dizer, a intenção nossa não é prejudicar, eu estou entendendo que um caso especifico desta região, estamos com dificuldade, as outras regiões inclusive a gente melhorou o acesso. Esta tudo concentrado num lugar só e pra quem mora num lugar distante centralizamos, mas eu vou ver particularmente, porque eu já tinha visto o da senhora e no meu entendimento já tinha resolvido mas eu vou me comprometer a ver tá bom. **Sr. Gilberto Topinel** reclama da quantidade das fitas para o glicosimentro para controle de diabetes, que estão sendo disponibilizada nas UBS, são insuficientes e diz que até janeiro pegava 100 fitas agora só dão 100 fitas para que use insulina, eu não posso usar insulina uma vez eu usei insulina, e quase perdi minha vista, mas eu não estou pensando só em mim, mas pelos outros que também que não pode usar. Sra. Monica - DS pergunta qual é o centro de saúde que utiliza? A gente tem um número de fitas padronizado, e sempre dá um pouco a mais por conta do que o senhor esta reclamando, é que eu não entendi? E conclui que o controle é diferente de quem usa insulina e quem não usa, mas tudo bem particularmente o caso do senhor eu vou ver por isso que perguntei qual é o centro de saúde. Sr. Gilberto Topinel diz que faz parte do CS Integração, outra coisa que quero falar pra senhora pedir pra eles arrumar esse 156 este telefone ninguém atende. Sra. Monica diz que é 160 está vendo. Quanto ao Sr Xavier que já teve a resposta. Em relação aos questionamentos da Sra. Patrícia do CEREST trouxe um monte de situações da saúde do trabalhador, queixando da falta de fisioterapia, saúde mental acho que vale a pena inclusive pro próprio CEREST fazer esta discussão, mais técnica em relação ao acesso, a gente hoje não vou falar que nós não temos problema de acesso mas a gente tem que esta absorvendo a necessidade de todas as pessoas, inclusive dos trabalhadores, também no caso do CEREST eu vou pedir para o DEVISA que é de outro departamento conversar, e a gente entender qual é este represamento. Sr. Mariante lê documento de moção sobre Urgência e Emergência e fala sobre a perseguição contra a vereadora Paola Miguel. 2) Apresentação e Votação do AD Referendum que Requer a Abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, para apurar as condições de uso, acesso e contaminação das águas na cidade de Campinas-SP; Nós colocamos no grupo de WhatsApp da comissão parlamentar da água e perguntamos aos conselheiros se há necessidade de fazer a leitura porque já foi disponibilizado e é basicamente a partir da ideia, de que existem sete problemas é impossível falar de saúde sem falar de saneamento básico sem falar de questões que exigem respeito a água, e por esta razão nós encaminhamos eu consulto aqui os conselheiros e conselheiras se alguma conselheiro ou conselheira é contrário a este apoio da| CPI da água REQUERIMENTO Nº DED a Sra. Mariana Conti. Requer a abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e dos art. 36 da Lei Orgânica do Município de Campinas e art. 57 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campinas, para apurar as condições de uso, acesso e contaminação das águas na cidade de Campinas-sp. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campinas, Luiz Rossini, Nos termos regimentais, venho através deste requerer a Vossa Excelência a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os recursos hídricos que estão sob a responsabilidade do município de Campinas. Justificativa: Considerando a importância do tema, visto que a questão da gualidade da água é de suma relevância para a saúde e o bem-estar da população, torna-se fundamental a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as condições de uso, acesso e contaminação das águas na cidade de Campinas-SP. Em 2024, completaremos 10 anos desde a crise hídrica que atingiu a nossa bacia hidrográfica, especialmente os rios Piracicaba, Jundiaí e Capivari. Após



81 82

83

84

85

86 87

88

89 90

91

92

93

94

95

96 97

98

99

100

101

102

103104

105106

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



uma década, muitos dos aspectos essenciais para a segurança hídrica em nossa cidade permanecem inalterados ou até mesmo pioraram desde então. Considerando os efeitos da emergência climática e seus impactos na disponibilidade de água; Considerando as flexibilizações legais relacionadas ao uso do solo em Campinas, que permitem a expansão urbana sobre as áreas verdes e na autorização da construção de empreendimentos imobiliários em torno de fragmentos de mata, o que tem resultado na supressão de fragmentos e na impermeabilização do solo prejudicando a capacidade de recarga hídrica na Bacia do Rio Atibaia; Considerando a diminuição de 20% na disponibilidade hídrica de nossos rios nas últimas duas décadas; Considerando o estresse hídrico que enfrentamos, com uma oferta hídrica menor do que em países do Oriente Médio; Considerando os dados do IBGE que 2,3% da população não tem acesso a água potável; Considerando as condições preocupantes do Rio Capivari e seus afluentes, como o Córrego Picarrão; Considerando também o estado ambiental do Ribeirão Anhumas e de seus afluentes, como o Córrego Mato Dentro; Considerando as sérias contaminações que afetam nossa cidade, especialmente a montante do ponto de captação da SANASA; Considerando as discussões sobre contabilidade ambiental e práticas ESG que estão ganhando força no Brasil e no mundo. As diversas denúncias e preocupações por parte da sociedade civil e de especialistas sobre a qualidade da água fornecida à população, bem como sobre a falta de acesso à água potável em determinadas regiões da cidade. Além disso, a contaminação das águas também é uma questão que merece ser investigada com rigor, visando proteger a saúde e o meio ambiente. Os signatários deste requerimento reconhecem a urgência de criar uma comissão parlamentar de inquérito para investigar e responsabilizar aqueles envolvidos nas condições precárias de nossas águas superficiais e subterrâneas. Sala de Reuniões, 20 de Março de 2024. Mariana Conti - PSOL. Em Regime de Votação não havendo então por aclamação e unanimidade fica APROVADA. Sr. Mariante dá início à reunião no tempo regulamentar e solicita a: Contagem de Quórum realizada pela Sra. Ivonilde Lúcio Secretária Executiva do CMS, depois de verificado, informa que, com 20 conselheiros titulares; 05 conselheiros suplentes, no total de 25 conselheiros, Portanto há quórum. 3) Apresentação, Discussão e Votação do Termo Aditivo do Convênio da Maternidade e Parecer do Conselho Fiscal; Termo Aditivo - Convênio Assistencial Maternidade de Campinas. Convênio nº 16/20 - TA Nº 033/23. Período: 01/10/2020 à 30/09/2025 PMC. 2019.00032812-41

Capacidade Instalada – LEITOS Des-	Existentes	Cont./Conv. SUS
crição		
UTI NEONATAL - TIPO II	30	18
UTI ADULTO - TIPO I	6	3
UNIDADE DE CUIDADOS INTERME-	22	17
DÁRIOS NEONATAL CONVENCIONAL		
UNIDADE DE CUIDADOS INTERMEDI-	2	2
ÁRIOS NEONATAL CANGURU		
PLÁSTICA	2	0
OTORRINOLARINGOLOGIA	2	0
ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA	2	0
ONCOLOGIA	1	0
GINECOLOGIA	22	10
CIRURGIA GERAL	6	0
CLÍNICA GERAL	11	2
CIRURGI-	12	0
CO/DIAGNÓSTICO/TERAPÊUTICO		
OBSTETRÍCIA CLINICA	16	10
OBSTETRÍCIA CIRÚRGICA	84	50
PEDIATRIA CLÍNICA (ALOJAMENTO	10	6
CONJUNTO TARDIO)		
228	118	



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



107

Ca	apacidade Instalada – A	Assistência Ambi	ulatorial Tabela ()3 - Assistência /	Ambulatorial	
UNIDADE			SUS	Não SUS	% SUS	
PRONTO ATENDI- MENTO	Nº de Consultório	3	2	1	66,67%	
	Nº de Leito de Obser- vação	3	2	1	66,67%	
	Nº de Sala para Cardi- otocografia	3	2	1	66,67%	
AMBULATÓRIO	Nº de Consultório	3	3	0	100,00%	
	Nº de Sala de Proce- dimento	1	1	0	100,00%	
	'Nº de Sala Teste Pezinho	1	1	0	100,00%	
BANCO DE LEITE	'Nº de Sala Atendi- mento	1	1	1	100,00%	

108 109

110

111112

113

114

115

116

117

118

119120

121

122

123

124

125

126

127

Objeto do Termo de Convênio. "O Termo de Convênio nº 016/20 firmado em 01/10/2020, com vigência de até 60 (sessenta) meses, tem por objeto manter, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, um Programa na Assistência à Saúde no campo da Assistência Médica Hospitalar no campo da assistência médica hospitalar e ambulatorial, na área da saúde materno-infantil, oferecida à população, e de Ensino e Pesquisa em saúde para a Rede de Atenção à Saúde (RAS), no âmbito do Sistema Único de Saúde de Campinas." Objeto do Termo Aditivo - Adequação da Matriz de Indicadores com a indicação dos valores percentuais correspondentes a cada fonte de recurso público atribuído ao cumprimento dos indicadores e metas; Aplicação da Tabela SUS Paulista com a complementação temporária de recursos do tesouro estadual, nos termos da Resolução SS nº 198, de 29 de dezembro de 2023 e a consequente adequação financeira do recurso municipal, quando necessária; Adequação orçamentária decorrente da participação na iniciativa/estratégia estadual de ampliação de procedimentos cirúrgicos eletivos de média e alta complexidade em atendimento à Resolução SS 81, de 06 de julho de 2023 que Dispõe sobre a iniciativa/estratégia para Redução de Filas de Cirurgias Cardíacas de maior gravidade e outros procedimentos correlatos, de média e de alta complexidade, e dá providências correlatas; Participação no Programa Nacional de Redução de Filas de Cirurgias Eletivas, Exames Complementares e Consultas Especializadas nos termos da Portaria GM/MS nº 90, de 03/02/2023 e da Portaria MS/GM nº 701, de 01/09/2023, que definem as normas e o rol de procedimentos cirúrgicos selecionados e que poderão ser contemplados no Plano Nacional e Estadual de Redução das Filas Cirúrgicas; Adequação do Cronograma de Desembolso; Prorrogação da vigência do Convênio até 30/09/2025.

VALORES FINANCEIROS DO TA VIGENTE TA VIGENTE	VALOR MENSAL
RECURSO FEDERAL PERMANENTE	R\$ 1.678.566,25
RECURSO MUNICIPAL PERMANENTE	R\$ 2.635.980,59
RECURSO ESTADUAL TEMPORÁRIO CIRURGIA ELETIVA (por 4 meses)	R\$ 106.816,77
RECURSO FEDERAL TEMPORÁRIO CIRURGIA ELETIVA (por 4 meses)	R\$ 4.242,00
Total	R\$ 4.425.605,61

4



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



128

Composição do Recurso Financeiro RECURSOS FI- NANCEIRO COMPONENTE PRÉ-FIXADO	LEGISLAÇÃO	VALOR DO RECURSO			DO RECURSO				
MÉDIA DA PRODUÇÃO AMBU- LATORIAL - MC - SIA E SIH - SÉRIE HISTÓRICA (agosto/22 a julho/23)	PORTARIA DA CONSOLIDAÇÃO №02 DE 28/09/2017	R\$ 976.724,13		MAC					
INTEGRASUS	Portaria 504/2007 de 08/03/2007	R\$ 6	62.184,24		MAC				
Contratualização - IAC	Portaria 3130/2008 de 24/12/2008	R\$ 8	R\$ 8.153,98		MAC		MAC		
	Portaria 504/2007 de 08/03/2007	R\$ 4	10.769,92				MAC		
	Portaria 2506/2011 de 26/10/2011		16.481,64	MAC					
	Portaria 3172/2012	R\$ 4	R\$ 44.964,38 MAC R\$ 45.479,18 MAC						
	Portaria 1416/2012	R\$ 4							
	Portaria 171/2014	R\$ 221	.729,08	MAC					
Incentivo Rede Cegonha LEI- TOS GAR	Portaria de Consolidação no 6; Titulo VIII; Cap 807; Inc II; Al "g"	oitulo I;	Seç I; Art	ç I; Art R\$ 131.400,00		REDE CEGONHA			
Incentivo Rede Cegonha LEI- TOS UCINCA	Portaria 1459/2011		R\$ 130.3		805,00	REDE CEGONHA			
	Total de Recurso Federal Pré-fixa	ido	R	\$ 1.678.191,55	N	MAC			
	Total de Recurso Municipal Pré Fixa			\$ 1.936.979,34		Tesouro Municipal			
		1	otal de rec	urso compone	nte pré-fixado	R\$ 3.615.170,89			

129

TABELA SUS PAULISTA AIH + S.I.A.	R\$ 1.730.168,28
TOTAL	R\$ 1.730.168,28

30

Estadual Temporário Resolução SS nº 74 de 29/06/2023 Código do Proc			Procedimento HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)			Fonte	VALOR MENSAL	Valor para 10 meses
409060100		Estadual				R\$ 106.816,77	R\$ 1.068.167,70	
409060119	HISTEREC- TOMIA C/ ANEXECTO- MIA (UNI / BILATERAL)							
409060127	HISTEREC- TOMIA SUB- TOTAL							
409060135	HISTEREC- TOMIA TOTAL							
409060186	LAQUEADURA TUBARIA							

131 Recurso Federal Temporário Portaria N°90 de 03/02/2023

Recurso Federal Temporário Portaria n°90 de 03/02/2023 Valor Unitário Procedimento	Valor Unitá- rio Com- plementar PNRF	Valor Unitário Complementar Incentivo Munici- pal	Quantidade de pacientes em fila de espera	Número de procedimentos proposto por serviço a ser executado no período de 1 ano	Valor Total Pro- cedimento	Montante Financei- ro Total até

5



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



R\$ 485,48 R\$ 732,49 229 até 229 procedimentos R\$ 1.703,95 R\$ 1.703,95

CRONOGRAMA DESEMBOLSO

132133

134

135136

137

138

139140

141

142

143

144

145

146147

148

149

150

151

152

153

154

MES/A NO	Recurso Federal Permanente - Teto MAC até (a)	Recurso Municipal Permanente até (b)	Estadual Temporário Resolução SS n° 74 de 29/06/2023 até ©	Recurso Federal Temporário Portaria n°90 de 03/02/2023 até (d)	Recurso Federal Temporário Teto MAC até (e)	Recurso Municipal Temporário até (f)	Recurso Municipal Estratégico (g)	TOTAL SEM A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA ATÉ (=a+b+c+d+e+f+ g)	Recurso Estadual Tabela SUS Paulista até (h)	TOTAL COM A APLICAÇÃO DA TABELA SUS PAULISTA ATÉ (=a+b+c+d+e+f+h)
abr/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485.97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
mai/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
jun/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
jul/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
ago/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
set/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
out/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
nov/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
dez/24	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 106.816,77	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.453.880,66	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.586.562,97
jan/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485.97	R\$ 4.347.063,89	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.479.746,20
fev/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485,97	R\$ 4.347.063,89	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.479.746,20
mar/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 9.264,58	R\$ 9.264,58	R\$ 13.987,89	R\$ 597.485.97	R\$ 4.347.063,89	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.479.746,20
abr/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 597.485.97	R\$ 4.314.546,84	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.447.229,15
mai/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 597.485,97	R\$ 4.314.546,84	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.447.229,15
jun/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 597.485.97	R\$ 4.314.546,84	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.447.229,15
jul/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 597.485.97	R\$ 4.314.546,84	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.447.229,15
ago/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 597.485.97	R\$ 4.314.546,84	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.447.229,15
set/25	R\$ 1.678.566,25	R\$ 2.038.494,62	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 597.485,97	R\$ 4.314.546,84	R\$ 1.730.168,28	R\$ 5.447.229,15
TO- TAL	R\$ 30.214.192,50	R\$ 36.692.903,16	R\$ 961.350,93	R\$ 111.174,96	R\$ 111.174,96	R\$ 167.854,68	R\$ 10.754.747,4 6	R\$ 79.013.398,65	R\$ 31.143.029,04	R\$ 99.401.680,23

3) Apresentação, Discussão e Votação do Termo Aditivo do Convênio da Maternidade e Parecer do

Conselho Fiscal; Sr. Mário pelo DGDO pede desculpas pela apresentação estar sendo corrida porque ele não sabia que ia apresentar o convenio hoje, ele gostaria que constasse em pauta por favor eu me senti desrespeitado como ser humano, como profissional e como servidor de ficar sabendo meia hora antes que eu tenho que apresentar. Não fui informado e não tenho nada oficial para mim e para o meu departamento que ia ter esta apresentação, eu moro em Sumaré por escolha minha e tenho uma filha de seis anos que tive que virar nos trinta, pra chegar lá arrumar alguém pra ficar e voltar para apresentar, porque neste vinte e poucos anos de prefeitura eu nunca faltei a um compromisso, e sempre fui pontual com meus compromissos, chego antes até, então eu queria pedir em meu nome Mário enquanto servidor para que a comunicação seja mais efetiva Mariante. E gostaria que constasse isto na ata porque é um desrespeito para com a gente, não saber que vai ser apresentado, pelo que eu sabia é que poderia ser abril ou maio e ai meia hora antes a Monica me manda, olha vai ter hoje a apresentação e eu não estamos sabendo então fique muito... me sentindo uma(m) falando pra você tá, com a falta de consideração e respeito, desculpem o desabafo mas eu precisava falar. Sr. Mariante, responde ao Mário dizendo nós tivemos a discussão na Secretaria Executiva na quarta feira passada, portanto dia 17 e o procedimento nós temos utilizado e se este procedimento não estiver funcionando a gente revê, normalmente o importante para que não conhece o conselho, todos os nossos espaços são compostos de usuários e usuárias conselheiros trabalhadores e trabalhadoras assim a secretaria executiva procedimento até hoje é de estabelecidas estas questões na secretaria executiva as responsabilidades são de guem tem inclusive o poder de gestão, por exemplo o Conselho Municipal de Saúde e a gente vai ter um ponto na pauta aqui que eu não se o que vai acontecer com ele, o Conselho Municipal de Saúde



156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



embora a lei fale que ele é deliberativo, acho que pra várias pessoas aqui que são conselheiros e conselheiras sabe que o poder deliberativo é da gestão agui, nós temo a Monica mas se nós olharmos o numero de deliberações deste conselho, dizendo a secretaria faça isto ou não faça do ponto de vista neste caso no funcionamento, o que nós sempre fizemos é estabelecido o procedimento da pauta e a própria secretaria faz o encaminhamento, então lamento de verdade acho que nenhum trabalhador merece ser desrespeitado, mas pelo menos da nossa parte como presidência e como secretaria executiva não era no principio, porque dentro da secretaria a própria gestão tem o seu fluxo e não de fato lamento, o que tenha acontecido. A **Monica** disse que vai conversar depois contigo, quero dizer que da nossa parte aqui a gente também se solidariza, mas realmente houve isto, talvez possa parecer algo relevante ou não, mas é o que nos normalmente fazemos, estabelece uma pauta e cada um, por exemplo, mas de uma vez a Amanda já foi demandada aqui, mas isto dentro da própria secretaria, de GESTÃO, DGDO, do D.A. Os departamentos se organizam pra vir aqui, nós voltamos a dizer como conselheiros e conselheiras usuários e trabalhadores não tem nenhuma gestão sobre isto, acho que não tem problema da nossa parte eu queria encaminhar aqui, até pra porque temos uma discussão eu acho que nós podemos fazer sem problemas mesmo assim isto eu quero dizer aqui que reafirmar que a responsabilidade politica pela comunicação era da gestão. E não é pra tirar o corpo fora. Mas que esta até quero dizer que de certa maneira a prerrogativa que a gente luta para ter não é exatamente, neste sentido a gente entende que existe responsabilidade a gente quer as nossas deliberações possam ser respeitadas, a gente quer uma série de coisas, mas esta parte interna da gestão, a gestão precisa se organizar, aqui como presidente do conselho eu me solidarizo com o trabalhador. Parecer do conselho fiscal sobre o convênio entre o município de campinas e a maternidade de campinas para apreciação no pleno do conselho municipal de saúde de campinas abril de 2024 apresentado pelo Sr. Mariante com 1 voto pela aprovação sem ressalvas e 3 votos pela aprovação com ressalvas, deliberou encaminhar ao pleno parecer com a recomendação abaixo: Recomenda que seja aprovada a renovação do Convênio com a Maternidade de Campinas até 30 de setembro de 2025, com as ressalvas de que 1) O controle social deverá ser devidamente ouvido e considerado no seu processo de adequação para eventual prorrogação no final da vigência deste, com a efetiva atuação da comissão de acompanhamento do convênio em horário compatível com a necessidade do conselheiro usuário nesta; 2) Inclusão ou melhoria dos mecanismos de controle do Convênio sobre: a) Porta única e uniformidade de práticas independente da entidade conveniada, b) aumento da Proporção de partos naturais / total de partos, c) Violência Obstétrica – incluindo retorno ao cms de procedimentos em relação a queixas e ajuste de processo de trabalho; 3) Monitoramento do processo de apoio social à preservação dos vínculos mãe-bebê para prevenir a destituição de poder Familiar e consequente adoção do recém nascido; 4) Investimento no fortalecimento da comunicação com as Unidades básicas de referência das famílias de parturientes de modo a aumentar as visitas e consultas ao binômio mãe bebe, na primeira semana de vida da criança; 5) providências para a criação de serviço próprio da sms/pms, para atendimento a esta demanda. Aberta as Inscrições. Sr.Sebastião fala sobre parto humanizado no momento de nascer, fala que a vontade da mãe nem sempre é respeitada o primeiro passo é conhecer quais os direitos, e a importância para a saúde da mãe e do bebe para isto precisa de profissionais preparados sobre o parto normal e seus acompanhantes, e sobre a orientação do pós-parto e sobre amamentação algumas questões foram levantadas, são explicados para as gestantes na hora do parto, e



196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



tem a lei 13.157 o marco legal da primeira infância que vai desde a gestação. Sra. Carminha o que entendi o recurso para cirurgia que é por conta da tabela SUS Campinas é especifico para esta adequação? O Mario, nós temos uma portaria do Estado onde têm as cirurgias eletivas com recurso do estado no caso as histerectomias e as laqueaduras eles têm um valor diferenciado, que paga, que é válida até dezembro, agora o governo federal lançou no começo do ano a redução de filas em que podemos pagar até 3 tabelas avalorando o valor dos procedimentos, e destes procedimentos o município poderia elencar aqueles que tem mais na fila, e habilitar enquanto município a entidade para estar fazendo estes procedimentos, os procedimentos seriam as laqueaduras e a maternidade já tem habilitação para estar fazendo os 229 procedimentos, ela recebe baseada nos procedimentos se vale 1.738.000,00 ela veio para a Maternidade de Campinas porque no termo de convenio nós temos 530 que reduzimos aquele valor do município. **Sra.** Carminha no momento o que nós estamos aprovando é a este pedaço não em relação ao que ela já fazia. O Mário responde que tem três leitos de alojamento conjunto de crianças recém-nascidas tem que fazer antibiótico intravenoso e crianças. Carminha então eu concordo com a aprovação e acho importante que haja ressalva e diz respeito ao que estamos aprovando, agora quando se fala e se coloca alguma ressalva ai eu temo que você não saiba responder, e como não tem ninguém da maternidade aqui há possibilidade de dola acompanhar o parto, porque há uma legislação municipal agora não é o acompanhante, acompanhante é uma coisa dola é outra coisa, eu participei do primeiro encontro regional de dola em Campinas, e deve fazer uns 6 ou 8 anos que é o direito da mulher a dola é uma pessoa que acompanha na hora do parto, que não necessariamente seja um parente ou uma mãe é uma pessoa que disponha de alguma forma, tem estudos apontando que a dola diminui o caso de violência obstétrica, porque o próprio acompanhante que em grande maioria é a mãe ou amiga e elas não conseguem identificar a violência obstétrica, então o que eu queria trazer é enfim relacionada a violência obstétrica que foi colocado o retorno do conselho, quando houver denuncia que o conselho possa saber eu queria reforçar aqui a importância de que a maternidade aceite as dolas não sei como está hoje mas houve muitos casos que a maternidade, negou a presença da dola eu sei porque minha filha é dola e não foi permitido que ela acompanhasse alguns partos para pacientes SUS, agora sobre o paciente de convenio/particular não sei dizer não tem haver com o aditivo mas achei que seria importante saber. Sr. Mariante independente do objeto a Maternidade tem que ser indagada. **Sr. Valdir** bom Mariante primeiramente assim, o Mário é funcionário publico lotado no DGDO, então fico pensando quando vem discutir o convenio aqui a entidade tem que estar aqui, o Mário não é responsável pela maternidade ele não pode ser questionado sobre ações do DGDO, eu tenho falado aqui a respeito das mortes eu venho falar de novo, como é que aconteceu a morte daqueles quatro bebezinhos eu acho que a gente tem que saber, como que a gente vai aprovar um convenio se a gente não aprovar isto ai, as mulheres vai pra onde? Alquém pode me responder, no São Luís a gente não pode nem passar na porta, porque lá é dez estrelas independentes, de ter ressalva ou não a gente tem que aprovar é a história se correr o bicho pega se ficar o bicho come, estando certo ou estando errado e também na maternidade tem uma questão à entrada do SUS, é uma buraqueira sem fim e a outra entrada tem flores, champanhe e caviar, eu já passei antes de ontem e a calçada é um buraco só, e a maternidade não tem dinheiro pra resolver isto? Como que a ambulância entra com uma gestante, ali naquela buraqueira e a assim qual a percentagem de infecção neonatal? O Mário não pode responder por que ele é um funcionário da prefeitura e esta questão das mortes, mas infelizmente a gente vai ter que



236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



aprovar e se a gente não aprovar este convenio como é que fica alguém pode me responder, complicado isto a gente vem agui à gente sai da casa da gente vem agui e o representante da entidade não vem, ele não vem porque tem medo de responder a pergunta que a gente vai fazer ou ele não tem resposta da pergunta da gente a gente tem que aprovar o convenio e isto é muito chato e muito triste a gente ter que aprovar um convenio com a faca no pescoço, porque eu vi no Correio Popular que a Maternidade está em negociação para ser vendida para a Pucc, a gente fica pensando nós não temos uma maternidade pública, já não em tempo de termos uma maternidade da prefeitura ou não e ai a gente sai do sufoco a gente tem que aprovar um coisa, que poxa vida eu não posso votar sim e não posso votar não talvez. Sr.Topinel - A maternidade de Campinas que eu conheço minha irmã estava internada lá e meu pai foi buscá-la e levá-la pra Pucc, estavam maltratando ela, dizendo por que ela estava grávida eu acho que deveria ter fiscalização dentro da maternidade de Campinas, não sei se o convenio médico é melhor que o SUS e eu queria perguntar também no sentido a questão do convênio. O valor do convenio, mas eles sempre para verem no site e quem não têm computador não tem como ver. **Sr. Mariante** como a Carminha observou, eu acho que é importante fazer um exercício de memória a última reunião se não me engano de dezembro de 2022 que a gente já vinha fazendo as reuniões presenciais, e depois piorou a situação do Covid e nós tivemos uma reunião online e foi à reunião que este conselho aprovou o convênio da maternidade, estou colocando isto e esta questão independente deles estarem presente ou não porque a memória é uma coisa fundamental, se a gente não tiver a gente vai esquecendo as coisas tem coisa que não pode esquecer naquela reunião as pessoas que estavam lá foi apresentado um cenário céu azul tudo tranquilo, tá tudo muito bom em dezembro, ai algumas pessoas devem lembrar que final de janeiro começo de fevereiro, como diz **Sr. Valdir** as morte os bebes, interdição da Vigilância Sanitária, na reunião foi uma reunião do zoom esta gravado não foi falado nada sobre isto, nada algum problema financeiro, nenhum está tudo ótimo o representante da maternidade, ele alto enalteceu-se a maternidade e nós voluntários Sr Valdir era do conselho na época, então foi tudo isto e na época nós aprovamos, com algumas ressalvas mas absolutamente, sem nada no horizonte que nos permitisse imaginar que em fevereiro ia acontecer a catástrofe que aconteceu e tem razão o Sr Valdir, perda de vida a gente reclama e com razão fila, espera adiamento de consulta se a gente começar a nivelar algumas coisas que humanização SUS é esta, então estou colocando isto como diz Sr Valdir, entendo que a gente tem que aprovar mas as ressalvas que estão colocadas aqui e entre outras coisas nós temos que lembrar esta experiência, que nós tivemos com esta instituição e aqui eu quero dizer não em nome do conselho do meu ponto de vista, depois daquele episódio a credibilidade da instituição Maternidade foi pelo ralo, não sobrou nada, porque não dá para entender como que de dezembro para fevereiro aconteceu este cataclismo, e para concluir nós fomos naquela época quero dizer, isto sem nenhum orgulho porque as vezes a gente tenta ser o controle social da forma mais eficaz, fomos ludibriados nenhuma conselheira ou conselheiro que aprovou naquela época tinha a mínima noção daquela situação, por último mesmo quero também me somar a preocupação da questão da Pucc porque tem um pessoal que fala em geral este pessoal ultra liberal, o monopólio público é um horror , a gente se confirmar esta transação de Pucc, Maternidade a gente vai ter em Campinas, um monopólio privado de maternidade e se alguém vai dormir tranquilo com isto, eu não recomendo então quero dizer que da nossa parte a gente vai ter que estar muito alerta em relação a isto, defendo a aprovação mas lamento principalmente a Monica que esta representando a gestão foi colocado no PAC a previsão de



276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



maternidade própria, e penso que com esta aprovação que a gente esta fazendo aqui com esta ressalva, nós somos legitimados politicamente a pressionar todos, o governo municipal, pra que fato faca valer, isto foi definido e o governo federal faça a parte dele também então era isto o que dá pra fazer hoje. Sr. Mário, responde à legislação municipal a respeito das dolas a maternidade já cumpria isto, e nós enviamos pra entidade a legislação municipal pra eles tomarem ciência e é garantido pra parturiente o acompanhante, e se tiver a dola não que isto esta garantido, caso tenha algum problema o que eu estou passando das violências obstétricas, qualquer tipo de reclamação nós temos os mecanismos formais de reclamação que é através da Ouvidoria Geral do Município porque a LGPD dá conduções e limites para algumas respostas então a Carminha, enquanto conselheira ela recebeu uma reclamação da Dona Maria Helena e mandou lá Dona Maria Helena "esta tendo um problema, assim, assim" eu não posso estar reportando para a Carminha toda a questão da Dona Maria Helena pela ética e pela questão da LGPD então nós vamos orientar, Carminha oriente a Dona Maria Helena a fazer Ouvidoria Geral do Município, a ouvidoria chega ao Gabinete do Secretário somos disparados para o DGDO nós mandamos para a Maternidade, ou qualquer entidade que seja conveniada nossa, e eles nos respondem dentro do tempo com as ações, e todas são respondidas por que o Ouvidor tem status de secretário então isto é respeitado, quanto a presença da Maternidade eu volto a falar, eles não estavam sabendo não conseguiram em tempo hábil estarem presentes, isto não é falhas deles porque eles viriam se tivesse comunicado em tempo hábil, quanto as taxas de infecção nós temos um brilhante trabalho do Departamento de Vigilância em Saúde junto da entidade depois dos ocorridos teve ações desencadeadas, reformas e tudo mais, onde a Vigilância e Saúde esta acompanhando toda a reforma para adequação dos ambientes da maternidade com recursos de emenda parlamentar que esta para ser apreciada por este Conselho, já foi feita a adequação do lactário e agora esta fazendo a adequação do abrigo de resíduos porque ele fica na entrada das ambulâncias onde está os buracos, estão tirando o abrigo de resíduos de lá indo para o fundo ele saindo de lá, vai ser todo pavimentado nós tivemos Ouvidoria relacionada a isto e uma menção do Conselho também, que nos chegou relacionada a isto então eles tem um recurso parlamentar, esta com um cronograma de execução da obra estão fazendo estas obras, agora esta com a construção do abrigo de resíduos para o fundo saindo do abrigo das ambulâncias agora estão adequando com a legislação vigente então está sendo readequado, todo processo de pagamento todo mês é aberto um processo de pagamento de repasse financeiro, onde têm os relatórios de avaliação do Departamento de Avaliação e Auditoria, os relatórios da Vigilância em Saúde que avaliam as questões do controle de infecção hospitalar e este processo ele não é restrito ele é aberto não tem nome de usuário tem os dados, então os dados e os relatórios da Vigilância mensalmente estão nestes processos e atestando as taxas de infecções da UTI Neonatal da UTI adulto, onde é obrigatório este monitoramento através do NIS estão dentro da normalidade e alguns dados estão abaixo do que preconiza a literatura, então tem este documento e esta no portal da transparência da Prefeitura, relacionado à porta de entrada também tem o pleito de uma emenda parlamentar para fazer à adequação desta porta de entrada que alguns anos a gente tem este problema, como ali tem as pilastras estruturais, pra mexer reguer uma ampliação de uma reforma grande e investimento grande hoje o que nós temos onde era o Raios-X e a área de imagem no fundo do Pronto Socorro, passou para a parte onde era a Diretoria, Diretoria foi para a parte externa e esta parte vai ser adequada, readequada para a ampliação do Pronto Socorro que é pequeno tanto, que a porta são duas tanto que quando entra as mesmas salas mas é



316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



pequeno pra fazer uma porta única mas isto está em processo, aguardando recurso parlamentar que estão chegando de emenda parlamentar para investimento é o que consigo dar de informação. Sra. Monica responde ao Sr Topinel que perguntou da tabela é para entidade pública, quando o Mário fala é do recebimento segundo o que ela executar é uma coisa que a gente precisa ter certeza do dinheiro, porque isto já esta posto e implementado via Estado e Ministério então não tem operação por isto que a gente precisa trazer este aditivo. Sr. Mariante na verdade não é só sobre este convênio as comissões de acompanhamento dos convenio, são muito importante e recentemente o levantamento mostrou que a gente esta na maioria das comissões sem representantes de usuários, o que está no parecer ou resolver ou vai continuar com esta dificuldade para que não participe dos conselhos, as comissões de acompanhamentos são formadas por pessoas das entidades conveniadas, por exemplo, Maternidade, pessoa da Secretária de Saúde e um Conselheiro (a) usuário, problema quase todas são em horário de expediente, aliás, eu só não vou dizer todas, mas pelo menos 90% que eu tive acesso e participei de uma durante um tempo e não pude mais participar por estar na comissão de Urgência e Emergência aqui na Executiva e o nosso regimento não permite participar de mais uma, mas em horário de trabalho e ai a gente tem que contar não sei se a palavra é sorte ou casualidade então eu e outras pessoas que somos autônomos, e não temos o horário rígido então a Maria Helena. Sr Valdir o pessoal que está aposentado é errado isto a gente tem que viabilizar, então quero colocar que esta é uma questão que não é só da Maternidade e que no nosso ponto de vista é importante achar uma forma de resolver porque não só na Maternidade, as questões que foram levantadas uma comissão de acompanhamento, que funcione corretamente pode ajudar mas depende de ter alguma solução eu não sei se todo mundo aqui o Conselho tem lugares neste país aliás neste estado né Carminha que o Conselho Municipal de Saúde funciona em horário de expediente aqui em Campinas não, e eu vou falar é neste horário porque as pessoas porque exigir das pessoas que está num trabalho que não é remunerado e é correto e esta na lei Orgânica específica do Município, além de tudo tem que faltar no trabalho pra ser conselheiro só que o problema, no Conselho é assim, a Conferência só faz final de semana vai precisar de acompanhamento ai vai ter que faltar, então fica registrado aqui isto fica me parecendo não é só uma guestão da Maternidade mas é importante a gente não esquecer. Bom agradecer ao Mário que fez todo este esforço, solidarizar mais uma vez agradecer pelas informações que foram dadas aqui que acho muito importante pra questões do parecer, e pra outras que foram levantadas muito importantes é espero que a gente consiga a indicação de uma pessoa para comissão até para acompanhar estas questões e todos estes procedimentos. Em Regime de Votação encaminhada pelo Mariante o voto pode ser o sim que é a aprovação sem ressalvas, o sim com ressalvas, o não que é rejeição ou abstenção então a gente pode fazer pelo visual então o primeiro que é o sim sem ressalvas que não é seguindo o parecer é aprovar quem vota pelo sim sem ressalvas, quem vota pelo sim com ressalvas, por favor, é pode baixar é alguma abstenção algum voto contrário então APROVADO o parecer o convenio vai ser com as ressalvas depois a gente vai fazer este esforço para o quanto antes a comissão de acompanhamento lá funcione de forma efetiva. Mário Obrigado pela presença pelo seu esforço e a gente reconhece. 4) Discussão da Situação da Urgência e Emergência em Campinas - os problemas que enfrentamos e as possíveis soluções; Sr. Mariante Nosso próximo ponto de pauta é a questão da Urgência e Emergência e pelo menos a Mônica me perguntou e eu disse olha eu não vi ninguém, nós temos aqui



355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



presente a conselheira que representa a Rede Mário Gatti que é a Cassiane, mas Cassiane não veio ninguém a gente vai ter que ver um encaminhamento aqui em função disto, penso que todas as pessoas que estão aqui neste salão sabem da situação que hoje a gente enfrenta na Urgência e Emergência de Campinas. Se a Urgência e Emergência sempre teve problema e a gente não vai dizer que não a solução para a terceirização e quarteirização, só tem piorado nós na Secretaria Executiva, entendemos isto que não foi uma questão agora momentânea, algumas pessoas lembram que o ano passado nós fizemos uma votação entre os conselheiros(as) pra definir as nossas prioridades. Porque o que acontece é isto, vocês viram nós tivemos um tempo aqui bem aproveitado então tem convênios durante todo o ano, então nós tentamos organizar os nossos pontos de pauta e prioridade e Urgência e Emergência foi uma delas, e nós decidimos trazê-las a nossa Secretária Executiva Ivonilde está aqui encaminhou há muito tempo mais ou menos 9 ou 10 de abril né Ivonilde, encaminhamos a Rede Mario Gatti um ofício comunicando que esta reunião de hoje, teria como ponto de pauta Urgência e Emergência, solicitando que elas tivessem presente encaminhando um conjunto de perguntas pra facilitar ninguém chegar aqui e ser pego de surpresa, um conjunto de questões sobre terceirização, quarteirização, precarização quanto são os contratos, quanta são as pessoas contratadas pra gente poder fazer um debate aqui na reunião, Amanda e Monica também estava o Augusto que hoje esta ausente por função de questões familiares estava na reunião nós perguntamos a Ivonilde ela veio e falou para nós que não tinha tido até aquele dia foi a quarta feira passada dia 17 nenhuma resposta nem em relação as perguntas que a gente pediu que mandasse antes porque todos os conselheiros(as) receberam por e-mail e também no grupo de WhatsApp este material, apresentação da Maternidade o parecer do Conselho Fiscal o requerimento da CPI e a ideia era fazer isto também com as respostas da Rede Mário Gatti, facilitaria pra todo mundo não chegou nada e a Rede Mário Gatti, como vocês podem ver temos a conselheira Cassiane, Cassiane é só uma pergunta teria como você responder pela Rede Mário Gatti no debate que a gente vai fazer Cassiana você fala as perguntas que foram enviadas é o que que nós combinamos com a Secretaria Executiva haveria um momento inicial onde a comissão de Atenção de Urgência e Emergência apresentaria um conjunto de questões que a Comissão vinha discutindo que aliás a comissão poderia ou talvez deveria ter a presença de representação da Rede Mário Gatti, teve duas ou três reuniões ao longo de 4, 5 anos não vem participando tem mais pessoas aqui então seria apresentado um conjunto de questões, que a gente elaborou a rede teria 20 minutos para responder e nós faríamos o debate no pleno, creio que não nem Cassiane, e aqui eu vou falar não como presidente mas como militante do SUS, a Cassiane tem participado com a gente aqui praticamente não falta em nenhuma reunião, e a gente tem que respeitar as pessoas dentro das suas atribuições mas diferente de uma pessoa que estava aqui anteriormente que tinha responsabilidade de gestão por isto que fiz esta pergunta, mas acho até porque fica até complicado pra gente constranger trabalhadores(as), seja quem for então quero mais uma vez a gente agradece a presença da Cassiane, mas seria inadequado por esta questão não pela capacidade dela como trabalhadora, ela não tem poder de gestão a Rede Mario Gatti tem uma diretoria com x cargos não teve 1 para vir aqui e nem a Rede Mário Gatti foi capaz de responder pelo menos que mandasse as respostas nem isso, eu queria dialogar e mesmo considerando o esforço que a gente fez de produção que eu particularmente acho que não tem sentido a gente fazer a discussão aqui, a Mônica da Secretaria Municipal de Saúde que todos nós sabemos isto não é nem pra a Mônica nem para o Augusto a Rede Mário Gatti é hoje uma secretaria paralela ela tem autonomia, não se



395

396

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432

433

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



submete e portanto também não sei o caso de querer exigir nem da Mônica ou de outra pessoa então o que eu gueria colocar como encaminhamento: é que a gente pode eu gueria até fazer esta consulta ao Pleno eu peço que a gente vai tentar retomar a discussão aqui mas este grau de desrespeito da Rede Mario Gatti, nos obriga a algo mais e nos termos da Lei do Conselho Municipal de Saúde, daquilo que a lei estabelece eu penso e falo isto lamentando porque apesar de ser advogado, mas como defensor dos Direitos Humanos acho terrível o uso do direito penal, acho terrível não sou nenhum que adora ficar criminalizando mas neste caso eu penso que temos que avaliar o encaminhamento, e peço ao Pleno se possível por aclamação que a gente determine a gente vai encaminhar pra votar de novo aqui a gente não vai abrir mão deste espaço, mas o grau de desrespeito da Rede Mário Gatti nos obriga a fazer isto nós encaminharmos ao Ministério Público para as providências de desrespeito a este Conselho Municipal é preciso dizer lamentavelmente é preciso dizer não é a primeira vez, isto já aconteceu em outros momentos e a Rede Mario Gatti nós podemos ter em relação a Secretaria Municipal de Saúde quantas divergências, diferenças, dialogamos, mas a postura da Rede Mário Gatti tem sido a de outro mundo porque aqui nunca se dispôs a dialogar, então que não se dispõe a dialogar então o caminho é este e agradeço aqui a aclamação nós vamos encaminhar isto ai e também assim agradeço e quero assim agradecer Maria Helena, André, Ezeguiel, Luís, Xavier, pessoas que são da comissão de Urgência e Emergência ou que são conselheiros que vieram aqui para fazer este debate lamento, que isto tenha acontecido mas acho que nós como Conselho Municipal de Saúde como controle social do SUS tenta fazer isto, e vamos fazer com que isto aconteça em algum momento mesmo lamentando ter que recorrer ao Ministério Público e Justiça para algo que deveria desde que a Rede Mario Gatti respeitasse a lei ao que parece não é a disposição dela. Para verificar as relações de trabalho porque a gente tem recebido trabalhadores com questão de assédio moral totalmente agressivo, além das condições de trabalho que são péssimas. **Mariante** este conjunto de questões da Maria Helena, Ezequiel, Andrea, Luiza a comissão de Urgência e Emergência, deste conjunto que esta elaborado toca nisto também, não é só isto eu queria adentar em nível de Ministério Público de Trabalho a Rede Mário Gatti ela recebe recursos federais, a gente também vai enviar para o Ministério Público Federal para que também toque nesta questão pra gente vê, já que a Rede Mário Gatti acha que é império, a gente vai ter que lidar de outro jeito com a instituição, então acho que era isso. Conselheiro na plateia diz que cabe moção de repúdio, eu penso que sim acho que dentro a moção de repudio, mas a moção de repúdio fundamental além dela são esses encaminhamentos concretos. Aberta as Inscrições: Sra. Lourdes - Deka fala sobre o Conselho Distrital Noroeste quando se reúne não vai ninguém da UPA Campo Grande, eles não dão à cara a gente estava vendo, saiu uma briga feia lá no Campo Grande, foi colocado o vídeo e a gente convoca; a coordenação da UPA os funcionários, os diretores, não comparece na reunião Distrital e ai a coordenação do Distrito não tem como responder as questões da UPA, ai você manda por ofício eu vim aqui protocolei convidando para estar indo na reunião, apareceu? Eles não aparecem é um descaso e não tem respostas para perguntas tão simples como cadê uma cadeira para o usuário sentar? O usuário tem que ficar no chão sentado, porque não tem cadeira isto é um caso imagina os outros, então infelizmente tem que chegar junto mesmo. **Sra. Cláudia**, eu queria sugerir que a gente convocasse a mídia, eu tenho feito esta discussão o tempo todo aqui, e até como comissão de comunicação porque eu acho que tem ter outra pressão popular, que não só do controle social é obvio que a população sabe disto, porque ela esta vivendo a fila, mas eu fiquei pensando estrategicamente,



435

436

437

438

439

440

441

442

443

444

445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470

471

472 473

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



estas perguntas que nós elaboramos se a gente não tinha que convocar a mídia aberta colocar estas perguntas que a gente elaborou, porque a gente enguanto controle social tem feito à pressão e eles tem se recusado a responder, realmente a gente tem que começar a publicitar midiaticamente estas questões, inclusive aproveitando o gancho que hoje a EPTV fez uma reportagem sobre a saúde do trabalhador, teve a reunião da Prefeitura com a Unicamp, eu acho que a gente tem que aproveitar este momento a gente tem contato com a mídia a gente tem que começar a articular para parecer mesmo que o controle social tem feito a sua parte, a gente vem aqui que a gente quer saber, mas que eles não dão o mínimo de resposta à população, não é Conselho Municipal de Saúde é a população eu vou sempre defender que estas coisas têm que ser publicizada. Sra. Patrícia, ontem eu fiz uma visita no Mário Gatti e foi principalmente nos lugares terceirizados é onde nós temos: 1º, 2º, andar praticamente todos terceirizados, o PSI e o PSA totalmente terceirizado, e fui conversar com os gestores de lá ninguém me recebeu, tentei conversar com o Enfermeiro mal me atendeu, tudo bem que estava corrido, 18 pacientes internado, UTI como era no PSI antigo, UTI é gambiarra fizeram uns "negocinhos" pra atender as crianças que estão com a dengue e a questão sazonal , ou seja piorou porque aumentou o número, lá só tem 8 UTI e mais a UTI provisória que eles fizeram lá e as pessoas não conversam, os trabalhadores não conversam, perguntei sobre o aumento do número de pacientes agui a partir da sazonalidade, a vai falar com a coordenadora , chama a coordenadora não vem, eles não conversam o Dr Arca era para ele estar aqui para responder os questionamentos que foi feito há meses atrás, então eu concordo plenamente e não é de hoje que venho falando e o Sr Ezequiel sabe desde que eu era Conselheira local , quando trabalhava lá no Mario Gatti, mas a luta ainda continua e vamos para o MP sim. Sr. Mariante em uma discussão a gente tem aqui um encaminhamento que é a moção de repudio acompanhada das denuncias ao Ministério Publico do Estado, Federal e do Trabalho e que isto seja feito com divulgação na mídia a gente vai encaminhar para a comissão do Conselho, e espero que na próxima semana a gente já consiga fazer estes encaminhamentos porque nós já temos este cedicíssimo à ideia que a Patrícia colocou tudo o que nós já levantamos, e o que a gente pretendia discutir aqui já vai mandar para as denuncias, é esta a ideia que foi formalizada, não tem o que discutir e foram muito bem avisados, então podemos aclamar este encaminhamento com estas questões que foram colocadas aqui. **Sra. Carminha** na verdade eu quero aproveitar aqui já que sobrou um tempinho você guer falar Marcos sobre a comissão de Educação e Saúde que esta desde março pra gente fazer a conversa, foi trazido com bastante detalhe as dificuldades que as escolas estão tendo nas nossas unidades com referência as crianças e ai a gente começou a comissão montamos o grupo de zap, eu estava nesta comissão e a gente esta aguardando a indicação dos nomes pela gestão, que eu confesso que eu deixei de mão desde setembro e ela não chegou à fala da tribuna livre, já tinha tido as inscrições, então estou oportunamente pedindo para que ela coloque. Eu cheguei 18h35, mas tive que trocar de roupa porque estava na escola eu queria saber se a gente vai ter um retorno sobre isto, porque é uma questão recorrente desta necessidade da união do trabalho coletivo, educação e saúde uma das guestões que coloquei lá, foi bem resolvida que foi a questão a região que trabalho é a do Nilópolis é muito carente várias crianças com alta vulnerabilidade não tem como trabalhar separado tem que ser junto e ai a Tatinha que era os casos mais caóticos tem como a gente encaminhar lá não tem saneamento básico tem toda uma cultura que é uma região de tráfico, são muitas coisas pesando fora isto é um grito da Prefeitura toda a gente precisa de ajuda da saúde, pra poder lidar com estas crianças porque é muito demorado ter laudo, um diagnóstico



475

476

477

478

479

480

481

482

483

484

485

486 487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



para as crianças e a gente não consegue trabalhar, são 5 dias na semana 4 horas por dia com a criança eu passei mais de um ano esperando um cuidador, para uma criança, um autista isto são trinta na sala então não tem condições a gente precisa de uma ponte, precisa de alguém pra constituir, educação e saúde a mãe do meu autista ela paga R\$ 1.000,00 de consulta porque ela cansou de esperar, tem criança lá que tem problemas sério de déficit intelectual e tem problema de fono também, ano que vem vai para o 1º ano, não vai caminhar entendeu então assim é um pedido de socorro este era um pedido que eu tinha feito e tem um outro não vou por agora deixa para um outro momento só isto este grito de socorro porque a gente eu faço acompanhamento no SUS mas eu precisar de uma Urgência/ Emergência eu tenho alguém para gritar, pago uma consulta, mas eles não tem precisa implantar esta comissão fora esta questão da comissão, Assistência Social a questão da saúde mental , Educação e Saúde tem que andar junto não tem como porque assim tem o surto diagnostico mas tem não estou defendendo esta exacerbação de diagnóstico, mas o diagnóstico real porque assim o Cid por exemplo fala sobre todo de uma forma linda, mas a gente que pega no real a gente vê está muito sério que 4 adultos não conseguiram segurar, eu instintivamente consegui lidar, mas eu salvei um e os outros estão sendo nomeadas que não dão educação para os seus filhos. **Sra. Monica** só para eu encaminhar de uma forma mais assertiva para não falar aqui que a gente não está quando vocês pediram, foi para quem esta comissão porque eu não estou lembrada. Sra. Carminha foi definido aqui foi assunto de pauta da executiva, foi em março ai eu me candidatei pedi pra colocar na executiva em setembro foi cobrado e eu pedi novamente. Sra. Monica porque hoje a gente tem um trabalho muito intenso com as escolas no território, por isso que estou perguntando a que nível isto foi porque a gente enquanto saúde, unidade básica tem esta premissa que a gente até acabou de ser parabenizado por projeto em cima disto, a nossa relação com cuidado transversal porque não é só responsabilidade, tem que ter assistência tem outros entes envolvidos, mas que a gente tem feito isto naturalmente por isso que estou perguntando pra quem foi encaminhado, porque preciso até entender o buraco ai se tem agora de qualquer jeito eu me proponho, ai tudo bem dentro da sua fala da sua escola, eu me proponho a tentar, mas mais ai quer entender esta comissão. Sra. Carminha depois eu explico só quis aproveitar, não é justo, mas não é um problema de uma escola eu recupero. Sr. Mariante só uma a gente pode ver o que aconteceu e que caminho se perdeu vamos tentar combinar que a Carminha no prazo de um mês antes do próximo pleno que vai ser dia 22 de maio comunicar imediatamente com a Mônica pode ser? Bom feito era isto quero agradecer a todos (as) (es) o nosso próximo Pleno é dia 22 de maio a gente aqui encerra a nossa reunião, Obrigado, Viva o SUS. 5) Informes. Não houve informes. Sr. Mariante agradece a presença e todos. Eu Maria Ivonilde Lúcio Vitorino, lavro a presente ata que, após lida, discutida e votada será arquivada e publicizada na pagina do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.